



CÂMARA MUNICIPAL DE IBITINGA

ESTADO DE SÃO PAULO

Identificação da Norma

RESOLUÇÃO N° 2425/1999

Ementa

ALTERA, MODIFICA E REVOGA DISPOSITIVOS DA RESOLUÇÃO N° 1798 (A) DE 20 DE DEZEMBRO DE 1990, DA CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE IBITINGA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Data da Norma

Data de Publicação

Veículo de Publicação

05/07/1999

Status de Vigência

Revogada

Histórico de Alterações

Data da Norma

Norma Relacionada

Efeito da Norma Relacionada

23/12/2008

[Resolução n° 3334/2008](#)

Revogada por



CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE IBITINGA

RESOLUÇÃO N.º 2.425, DE 05 DE JULHO DE 1.999.

“ALTERA, MODIFICA E REVOGA DISPOSITIVOS DA RESOLUÇÃO N.º 1.798-A DE 20 DE DEZEMBRO DE 1.990, DA CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE IBITINGA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

(Projeto de Lei n.º 42/99, substitutivo ao Projeto de Lei n.º 38/99, ambos de autoria do Vereador Áureo Rodrigues de Souza)

Faço saber que a Câmara Municipal da Estância Turística de Ibitinga aprovou, e eu promulgo, em conformidade com a Lei Orgânica do Município e Regimento Interno da Câmara Municipal, a seguinte RESOLUÇÃO:

Art. 1º - Os Artigos 122 e 123 da Resolução n.º 1.798-A, de vinte (20) de dezembro de mil novecentos e noventa (1.990), da Câmara Municipal da Estância Turística de Ibitinga, passam a vigorar com a seguinte redação, inserindo-se o inciso “I” no Artigo 122:

“Art. 122 – As Comissões Especiais de Inquérito serão constituídas mediante aprovação, pelo Plenário, de requerimento subscrito por, no mínimo, 1/3 (um terço) dos membros da Câmara.

I – As Comissões Especiais de Inquérito serão instaladas através de Ato da Mesa.

Art. 123 – Aprovado o requerimento, o Presidente da Câmara nomeará, de imediato, os membros que formarão a Comissão Especial de Inquérito, mediante sorteio entre os Vereadores desimpedidos.”

Art. 2º - O inciso II do Artigo 223, da Resolução n.º 1.798-A, da Câmara Municipal, passa a vigorar com a seguinte redação:

“II – Constituição e instalação de Comissão Especial de Inquérito, desde que subscritas por, no mínimo, 1/3 (um terço) dos membros da Câmara, bem como a prorrogação de prazo para a conclusão dos trabalhos, nos termos do Artigo 132, desse Regimento.”

Art. 3º - O parágrafo 2º do Artigo 321, da Resolução n.º 1.798-A, da Câmara Municipal, passa a vigorar com a seguinte redação:

“§ 2º - A justificação das faltas far-se-á por intermédio de requerimento fundamentado, dirigido ao Presidente da Câmara, que o submeterá para a apreciação do Plenário.”

Art. 4º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.




CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE IBITINGA

Art. 5º - Revogam-se todas as disposições em contrário, em especial o parágrafo único do Artigo 132 e o item "b" do parágrafo único do Artigo 219 da Resolução n.º 1.798-A, de vinte (20) de dezembro de mil novecentos e noventa (1.990).

Sala das Sessões, 05 de julho de 1.999.



ÁUREO RODRIGUES DE SOUZA
Vice – Presidente


JOÃO PEREIRA GONÇALVES
Presidente


ADEMIR DE MELLO
2º Secretário


ANTÔNIO ESMAEL ALVES DE MIRA
1º Secretário

Registrada na Secretaria da Câmara Municipal da Estância Turística de Ibitinga, em cinco (05) de julho de mil novecentos e noventa e nove (1999).


Shirei Henrique de Carvalho
Diretora do Legislativo